

Justiça Federal julga amanhã o grileiro Francisco Amaro

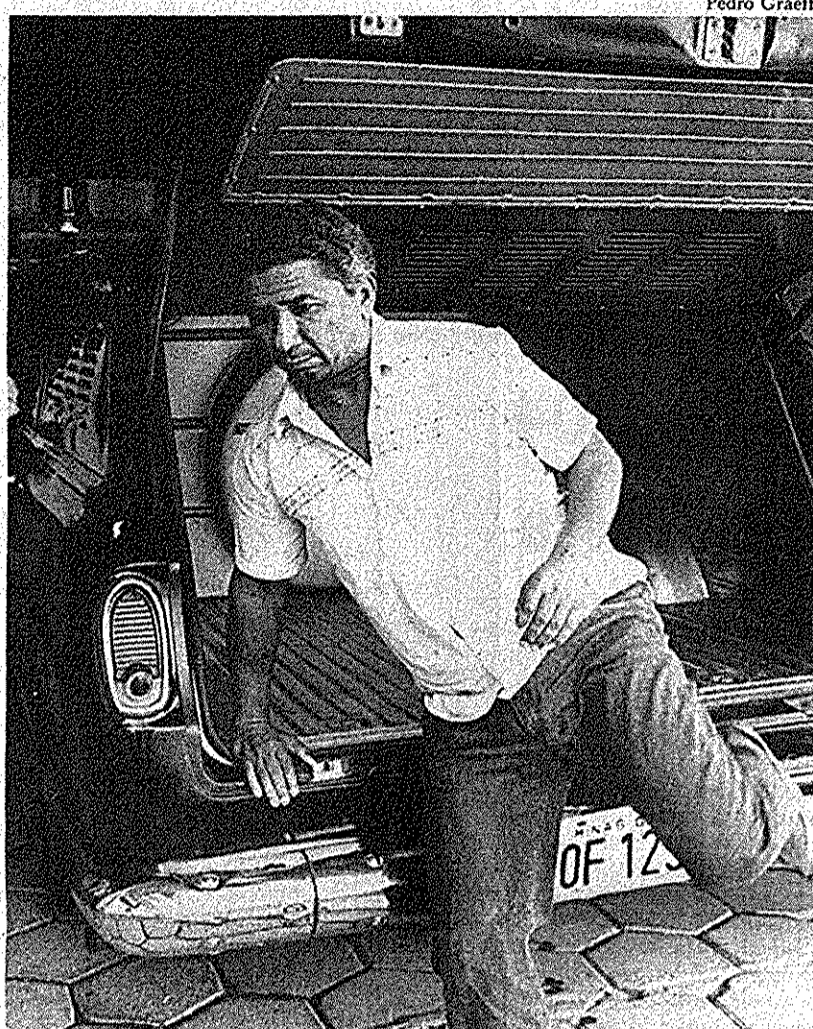
Está tudo pronto para a realização, amanhã, do julgamento do grileiro Francisco de Assis Amaro e cinco pistoleiros acusados de matar três índios e ferir outros quatro, na reserva Xacriabá do município de Itacarambi, Norte de Minas, em fevereiro do ano passado. Todos os detalhes estão sendo cuidados pela Polícia Federal, encarregada da segurança dentro do Salão do I Tribunal do Júri, no Fórum Lafayette, onde o júri será realizado a partir das 9h. Este é o segundo júri federal realizado no País, o primeiro caso de genocídio da história da Justiça brasileira.

Anteontem, durante todo o dia, o Fórum Lafayette conheceu uma movimentação diferente da sua habitual. O julgamento marcado para o I Tribunal do Júri foi suspenso e funcionários do fórum encarregados da limpeza lavaram poltronas, paredes, tapetes e vidraças do salão.

Foram colocadas mais cadeiras dentro do salão que, somente na platéia, tem espaço para acomodar cerca de 460 pessoas. Algumas áreas do salão já foram isoladas por cordas, reservadas para a imprensa e familiares dos réus e das vítimas.

Segurança

Para garantir a segurança e o bom andamento dos trabalhos, a Polícia Federal vai utilizar 30 homens encarregados de controlar a entrada e saída das pessoas no salão do I Tribunal do Júri. Nas outras dependências do Fórum Lafayette a se-



Francisco Amaro, o mandante da chacina dos xacriabás

gurança ficará a cargo de 20 soldados do pelotão forense. Todos serão revistados na entrada do salão.

Ontem, o coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário, Fábio Alves dos Santos, respon-

sável pela coordenação dos missionários católicos na reserva dos Pataxós, Xacriabás, Maxacalis e Krenaks no Estado, afirmou o secretário nacional do Cimi, Antônio Brand, e seu vice-presidente, Fábio Vilas, confirmaram suas presenças no julgamento, que consideram ser um marco na luta dos povos indígenas. Pela coordenação regional estarão presentes ainda Zenira Marlia e a irmã Angela Matos.

Confirmaram também suas presenças um representante do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Antônio Francisco da Silva; o subprocurador-geral da República, Antônio Francisco da Silva; o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Iris Pedro de Oliveira, e o ex-presidente da Funai, hoje governador de Roraima, Romero Jucar, e a vereadora Helena Grego (PT) presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, além de representantes da Comissão Pastoral da Terra e outras entidades ligadas à defesa dos direitos humanos e da questão indígena no País, estudantes de Direito e advogados.

Como a previsão é de que o julgamento se estenda por mais de 48 horas, a comissão encarregada da organização do julgamento já providenciou junto a uma empresa o fornecimento de lanches, almoço e jantar para réus, juiz, advogados de defesa e de acusação e jurados. Isto porque, no caso especial dos jurados, eles ficarão incomunicáveis até o fim dos trabalhos, sendo obrigados a fazer suas refeições ali mesmo.

Acusação e defesa preparam debate

O procurador da República, Carlos Victor Muzzi, representante do Ministério Público no julgamento do grileiro Francisco de Assis Amaro e dos pistoleiros Germano Gonçalves da Silva, Roberto Freire de Alkimim, Claudomiro de Oliveira Vidoca e Sebastião de Oliveira Vidoca, afirmou ontem ao ESTADO DE MINAS que existem fartas provas nos autos apontando os réus como os verdadeiros autores do assassinato de três índios xacriabás.

Dizendo que seu único interesse é de fazer a justiça, o procurador Victor Muzzi, que participará pela primeira vez de um júri federal, explicou que, com os elementos existentes no processo, acredita na condenação dos cinco réus que, além de responder por homicídio qualificado contra o cacique Rosalino Gomes de Oliveira, e os índios Manoel Fiúza da Silva e José Teixeira, são acusados do crime de lesões corporais contra a mulher do cacique, Anísia Nunes de Oliveira e

outros três índios, formação de quadrilha e invasão de domicílio. A pena somente para o homicídio qualificado (artigo 121, parágrafo 2º do Código Penal) varia de 12 a 30 anos de reclusão.

Acusação x defesa

O procurador Victor Muzzi afirma que acompanha o drama vivido pelos índios xacriabás desde que, há dois anos, começaram a ocorrer na região os primeiros conflitos de terras envolvendo índios e posseiros. Na época, lembra, ele trabalhava no setor de defesa dos direitos humanos na Procuradoria da República. Quando do assassinato dos índios, acompanhou o delegado federal Agílio Monteiro Filho até o município de Manga, onde foi preso o grileiro Francisco Amaro e teve início a fase de inquirição das testemunhas.

Formado em Direito pela Universidade Católica de Minas Gerais em 1985, Carlos Muzzi é hoje subprocurador-geral

da República em Minas, concursado em 1972, e foi escolhido na última quinta-feira para representar o Ministério Público pelo procurador José Carlos Pimenta, atual coordenador da defesa do direito da pessoa humana, por sua "intimidade com o processo".

Para apresentar a tese da acusação, ele terá três horas, dividirá com o criminalista Décio Fulgêncio, contratado pela Funai há cerca de um mês para atuar no caso.

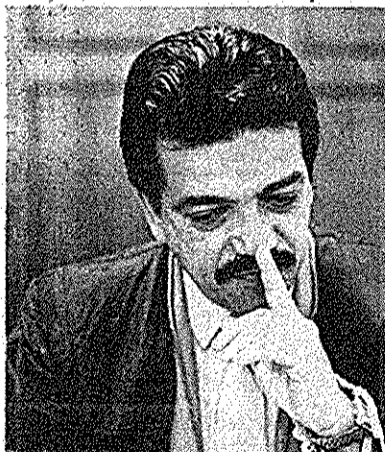
A defesa dos réus será apresentada pelos advogados Ariosvaldo de Campos Pires, Augusto Jacob de Vargas Neto e Orlando Ribeiro de Lima, o advogado Campos Pires não quis adiantar nada sobre sua tese de defesa, e ontem, segundo informação de seus familiares, passou todo o dia estudando o processo, preparando os últimos detalhes da defesa que deverá apresentar também em três horas, divididas com seus colegas.

Francisco de Assis Amaro e os quatro pistoleiros que irão a júri amanhã fo-

ram denunciados com outros oito pistoleiros — um deles impronunciado por falta de provas de autoria. No entanto, o processo teve que ser desmembrado, já que sete acusados continuam foragidos, enquanto os outros réus aguardam julgamento presos por ordem do juiz da 4ª Vara da Justiça Federal, à época, Eustáquio Nunes Silveira.

Logo após a realização do júri de Amaro e dos quatro pistoleiros, o atual juiz da 4ª Vara Federal, Antônio de Paula Oliveira, deverá pronunciar os outros sete réus também acusados de participar da chacina dos índios Xacriabás. O julgamento destes sete pistoleiros — os irmãos Vicente e Santo de Oliveira Vidoca, Vicente de Araújo Alkimim, Mário José de Alkimim, Venâncio Nunes de Macedo, José de Oliveira Alves e Arlindo Gonçalves da Silva — somente se realizará, porém, após a apresentação ou prisão deles, pois não podem ser julgados à revelia.

Arquivo EM



O juiz Antônio Oliveira

Jorge Contijo



Muzzi: certeza na condenação



Fulgêncio: assistente de acusação

Arquivo/EM



Ariosvaldo: advogado de defesa

O ataque, de surpresa, na madrugada

É madrugada na Aldeia Santa Cruz, na reserva Xacriabá. Ninguém dorme mais na casa de adobe do cacique Rosalino. Com onze tiros, o corpo do índio José Pereira de Santana, paraplégico de nascimento, está estendido na soleira da porta. A índia Anísia, grávida de dois meses e ferida no braço, abraça a filha Rosalina, de dois anos. A alguns metros da casa, o índio Manoel Fiúza agoniza. O tirofofo foi suspenso mas os 14 pistoleiros liderados pelo grileiro cearense Francisco de Assis Amaro ainda gritam muito. Querem ver agora se Rosalino, líder dos xacriabás, está mesmo morto. Os pistoleiros já deixaram a casa, mas ninguém tem coragem de voltar.

Com dois revólveres apontados para a cabeça, José Nunes de Oliveira, de 10 anos, filho de Rosalino, é obrigado a arrastar o corpo ensangüentado do pai do quarto onde foi fuzilado à queima-roupa até a porta do barraco. Franzino, o pequeno José não agüenta o peso de Rosalino e ainda chora. Os pistoleiros ameaçam de novo. Vão arrebentar seus miolos se não arrastar o cacique para fora da casa. Anísia, mulher de Rosalino, suplica ao filho para que chegue ao final. Com as duas mãos, José segura firme o braço de Rosalino e puxa o pai. Dez minutos depois, Rosalino está ao lado de Santana. Os pistoleiros gritam de alegria e deixam a aldeia. Antes, ameaçam voltar.

Fuzilaria

Quem conta o drama de José na madrugada do dia 12 de fevereiro do ano passado é Otélise Nunes de Oliveira, de 21 anos, filho mais velho do cacique e desde a noite de anteontem em Belo Horizonte, onde depõe amanhã no julgamento dos assassinos do pai como uma das testemunhas principais. Otélise deixou a reserva na quinta-feira e hoje se junta à mãe e aos irmãos, que chegam à noite à Capital.

Otélise também estava em casa na madrugada da chacina e escapou de ser morto ao se esconder dos pistoleiros agarrado no telhado do barraco. Ele dormia na sala, ao lado de José Pereira Santana. Nos dois quartos da casa, dormiam

Arquivo/EM



Rosalino: um dos índios mortos

Cristina Silveira



Otelice: filho do cacique

mais sete pessoas — Rosalino, Anísia e mais três filhos menores no quarto maior e, no outro, Waldir e Gilmar, este último, sobrinho do cacique.

"Ninguém esperava pela invasão" — diz o filho de Rosalino. "Já estávamos todos dormindo quando eles arrombaram as duas portas e abriram fogo gritando que eram da Polícia Federal e que ninguém deveria reagir. Numa fração de segundos, dei um pulo sobre a parede, que é separada do teto, e consegui me esconder. José Pereira de Santana, era paralítico, não conseguiu fugir e foi fuzilado ali mesmo na sala com onze tiros, enquanto os outros entravam pelas duas portas e iam atirando".

As duas portas, segundo Otélise, ficavam nas extremidades do corredor que separava os cômodos. Os pistoleiros atiravam no interior da casa pelas portas

arrombadas e no fogo cruzado um dos invasores do grupo liderado por Amaro, Agenor Nunes de Macedo, foi atingido pelos companheiros e caiu morto, sendo arrastado pelos pistoleiros até uma cerca vizinha, onde só seria encontrado na manhã seguinte.

Despertado pelo tiroteio, Manoel Fiúza, irmão de Anísia, correu até a casa de Rosalino, mas antes de cruzar a porteira de acesso ao terreno recebeu vários tiros disparados por Amaro. Fiúza não morreu na hora. Quando os pistoleiros deixaram a aldeia depois de se certificar de que o cacique estava morto, os próprios índios acionaram o posto da Funai e um Jeep Toyota do órgão levou Fiúza e Anísia para serem medicados em Itacarambi. Um problema mecânico no veículo, entretanto, fez com que o car-

ro da Funai ficasse horas parado na estrada. Sem resistir aos ferimentos, Manoel Fiúza morreu a caminho de Itacarambi. Antes, disse a várias testemunhas que foi o próprio Amaro quem atirou nele. Somente com a saída dos pistoleiros, Otélise, Waldir e Gilmar deixaram seus esconderijos — Waldir conseguiu se esconder do grupo de Amaro sob a cama do pai, enquanto Gilmar se refugiou atrás da casa aproveitando-se de um descuido dos pistoleiros.

Chicotadas

O delegado federal Agílio Monteiro Filho, que presidiu o inquérito, levantou em uma semana os nomes dos principais responsáveis, prendendo pessoalmente o grileiro Francisco de Assis Amaro no centro de Manga e, em seguida, os irmãos Vidoca, Germano Gonçalves da Silva e Roberto Freire Alkimim. Foi o delegado, enviado no mesmo dia do crime à reserva xacriabá pelo superintendente da Polícia Federal em Minas, delegado Renato Surette, quem providenciou as autópsias dos quatro mortos e colheu os depoimentos das testemunhas na reserva. A autópsia do pistoleiro Agenor Nunes Macedo acabou prejudicada por um incidente na reserva. Quando seu corpo foi encontrado, um dos índios, que acabara de chegar a cavalo à reserva, avançou sobre Agenor e, depois de chicotear o pistoleiro morto, disparou vários tiros contra o cadáver.

Vivendo atualmente com a mãe e os irmãos Waldir, José, Domingos, Rosalina e Roseane — que nasceu após a morte do pai — na Aldeia Brejo da Fome, uma das 22 aldeias onde se espalham os 4.600 índios xacriabás, Otélise é o responsável pela pequena lavoura de onde a família tira seu sustento plantando milho, mandioca, feijão e arroz. Domingos e José estudam na escola do Posto da Funai. Os outros irmãos ainda são pequenos e ajudam Anísia em casa. A família do cacique Rosalino, diz Otélise, não sente ódio dos assassinos: "Nós queremos apenas Justiça e que os outros pistoleiros que participaram da chacina também sejam presos e julgados para que a paz volte à reserva xacriabá".